

Conceitos para explicar a transição hegemônica entre China e EUA

A ascensão chinesa e o declínio estadunidense são condicionados pela dinâmica do capitalismo neoliberal

<https://www.brasildefato.com.br/2024/11/25/conceitos-para-explicar-a-transicao-hegemonica-entre-china-e-eua>

Claudio Katz

São Paulo (SP) |

25 de novembro de 2024 às 18:05

A transição hegemônica tem algum parentesco com a tese da ascensão e queda dos impérios, que concebe a história contemporânea como uma sequência de lideranças seculares e substitutas desde o século XVI - Wang Zhao / AFP

A [ascensão de Trump à segunda presidência dos EUA](#) confirma a mudança dramática no cenário mundial. O avanço da direita, a intensificação das guerras na Ucrânia e no Oriente Médio e a proximidade de conflitos comerciais dramáticos entre as principais potências acentuam as convulsões dos últimos anos.

Para avaliar essa conjuntura traumática em termos das principais mutações subjacentes, alguns analistas do espectro progressista usam dois termos que estão muito em voga: transição hegemônica e reconfiguração do Norte e do Sul Global. Ambas as noções ganharam centralidade ao retratar a época atual.

A transição hegemônica tem algum parentesco com a tese da ascensão e queda dos impérios, que concebe a história contemporânea como uma sequência de lideranças seculares e substitutas desde o século 16. Ele lembra que as cidades italianas foram seguidas pelos Países Baixos, depois pela Grã-Bretanha e, mais tarde, pelos Estados Unidos. Eles contrastam essa lista de potências vitoriosas com o destino azedo de seus rivais em declínio (Portugal, Espanha, Alemanha, Japão).

A atualização dessa visão recorre ao conceito de sucessões hegemônicas para investigar a mudança em curso. Ela postula que a China conquistará a liderança do sistema mundial ao afirmar sua primazia econômica, sua influência territorial, sua gravidade militar ou sua astúcia geopolítica.

Mas a novidade dessa substituição também pode estar em uma certa distribuição do poder global. O gerenciamento multipolar consertado substituiria o domínio unipolar excludente do passado. A transição hegemônica envolveria, então, uma inversão do comando do Norte global sobre seus pares do Sul. O novo protagonismo do Oriente incluiria modalidades consensuais de globalização inclusiva.

Essa decolagem histórica do Sul em detrimento do Norte é interpretada em um sentido econômico ou político e não geográfico. Ele contrasta graus de desenvolvimento e não localizações no mapa planetário, razão pela qual a Austrália é colocada no Norte e o Marrocos no Sul.

Essa nova dualidade entre os dois polos substituiu o esquema anterior de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos. Essa divisão incluía os países capitalistas desenvolvidos, as nações localizadas no chamado campo socialista e os conglomerados da periferia. A implosão da URSS levou a uma reordenação desse tripé, em torno de duas articulações globalizadas do Norte e do Sul que reconfiguraram o cenário internacional.

O conceito de transição hegemônica é suficiente para esclarecer essa transformação ou são necessárias outras noções para explicar a mudança atual? A avaliação dessas questões exige vários esclarecimentos nos campos econômico, geopolítico e prospectivo.

Caminhos contrastantes

Na esfera econômica, a transição hegemônica é um processo altamente visível no declínio dos Estados Unidos e de seus parceiros ocidentais. Esse declínio é determinado pelo retrocesso econômico desta potência, que nas últimas décadas tem estado no epicentro de crises financeiras agudas.

Essas turbulências complementam a regressão competitiva da indústria estadunidense, que é duramente atingida pelo declínio da produtividade. Por esse motivo, a Casa Branca está cada vez mais inclinada a recriar o protecionismo e a evitar a assinatura de novos acordos de livre comércio. Washington sabe que perderá para Pequim em tais acordos.

O declínio industrial dos Estados Unidos aumentou a tensão tradicional entre os setores globalistas no litoral e os segmentos estadunidenses no interior do país. Essa divisão das classes dominantes é acentuada pela perda da preeminência econômica da primeira potência.

A mesma fratura foi gerenciada no passado com reequilíbrios periódicos que renovaram o domínio dos EUA. Mas o declínio vem se arrastando há décadas e não foi contido pelo globalismo de Clinton, pelo expansionismo de Bush, pelo ajuste neoliberal de Obama, pelo protecionismo do primeiro Trump e pelo neokeynesianismo fracassado de Biden.

Essa regressão não equivale a um declínio na economia dos EUA, que continua a apresentar reinicializações periódicas. A primeira potência se beneficia da senhoria do dólar, da centralidade de Wall Street, da gravitação das empresas digitais e da relevância internacional do complexo industrial-militar. Mas sua crise de longo prazo está corroendo a primazia da qual o país desfruta há muito tempo.

A transição hegemônica na esfera econômica também pode ser vista no polo oposto da China, que fez um progresso impressionante nas últimas décadas. Esses resultados podem ser explicados por estratégias baseadas em fundamentos socialistas, complementos mercantis e parâmetros capitalistas.

A China esteve ligada à globalização com altos retornos, porque retinha a maior parte do excedente gerado no país. Ela desenvolveu um modelo que dispensou as adversidades do neoliberalismo e da financeirização. Esse desenvolvimento não teria sido viável se o capitalismo tivesse sido restaurado em sua plenitude. Uma importante classe capitalista foi forjada no gigante asiático, que até então não havia conseguido obter o controle do Estado, e essa obstrução facilitou a ascensão do novo poder.

Essa ascensão também levou a uma relação muito desigual com a maior parte das economias periféricas. A China acumula lucros às custas desse segmento, absorvendo a mais-valia e a renda das regiões mais negligenciadas do mundo.

A lógica das assimetrias

A ascensão da China e o declínio dos Estados Unidos são condicionados pela dinâmica do capitalismo neoliberal que liga as duas potências. Ambas operam em torno do modelo globalizado, precário, financeirizado e digital, que nas últimas décadas substituiu o modelo keynesiano anterior.

O modelo atual confirma a validade de um novo estágio de funcionamento diferenciado do capitalismo que gera enormes desequilíbrios. O colapso financeiro de 2008 ilustrou essa dimensão e deixou um rastro de medo agudo, que reaparece a cada quebra significativa de Wall Street. Essas tensões agravam o ressurgimento da inflação e da dívida pública fora de controle, em um modelo que introduziu desigualdades sociais sem precedentes no século passado.

Como esse esquema também exacerbou a competição pelo lucro, a tragédia da mudança climática se intensifica com suas terríveis consequências de secas, enchentes e incêndios. Nenhuma dessas calamidades será resolvida pelas expectativas fantasiosas criadas pela Inteligência Artificial. Esse dispositivo está cercado por um grande perigo de investimento excessivo e consequentes bolhas tecnológicas.

Os neoliberais ignoram esses desequilíbrios e seus oponentes heterodoxos os percebem, atribuindo seu impacto à ausência de regulamentação. Mas eles ficam sem palavras quando essas intervenções não melhoram as tensões que eles alegam erradicar. Ao contrário do marxismo, eles não reconhecem que essas crises são inerentes ao capitalismo atual. Esse sistema erodiu a norma do consumo estável com a precarização e o desemprego e acentuou a superprodução com pressões competitivas incontroláveis. Eles também não percebem que o próprio capitalismo conduz à diminuição da porcentagem da taxa de lucro com o aumento do investimento e aumenta a hipertrofia financeira, com suas consequências devastadoras da especulação.

Mas a mais relevante dessas contradições para a transição hegemônica é seu impacto sobre o epicentro do capitalismo neoliberal nos EUA. Esse efeito supera o impacto das mesmas tensões sobre o modelo de gestão regulada que prevalece na China. Devido a essa diferença, a grande mudança na política econômica que se seguiu à crise de 2008 foi localizada em Washington, não em Pequim.

O neoliberalismo persiste no Ocidente após o resgate estatal dos bancos falidos, mas coexiste com uma presença renovada do Estado. Na mesma fase neoliberal, houve uma mudança para o intervencionismo, o protecionismo e a promoção do investimento público. Nenhuma dessas tendências altera o declínio produtivo dos Estados Unidos em face do avanço chinês.

As mudanças da última década também não alteraram o padrão econômico geral de baixo crescimento no Ocidente, crescimento crescente no Oriente e expansão global reduzida. Esse tripé persiste em uma fase neoliberal marcada por turbulência em vez de estagnação.

As últimas quatro décadas não registraram uma onda grande ascendente ou descendente. Prevaleceu uma mistura de desdobramentos, o que contrasta com o postulado de repetição regular e tônica uniforme sugerido pelos ciclos de Kondratiev.

A hipótese de uma onda ascendente foi refutada pelo fraco desempenho econômico dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, e a previsão inversa de uma sequência descendente se chocou com o forte crescimento da China e de seus vizinhos.

O que aconteceu até agora na economia mundial corrobora a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado, com seus componentes descontínuos à vista de todos e seus amálgamas verificáveis em várias regiões do mundo. O amálgama mais marcante foi o da China, que consumou o salto típico das novas potências que adotam as tecnologias desenvolvidas por seus antecessores.

O gigante oriental copiou essas inovações, economizando o custo suportado pelos gerentes desses instrumentos. As potências precursoras, por outro lado, sofreram com a adversidade de sua reduzida adaptação ao novo cenário. O desenvolvimento desigual e combinado é a dinâmica subjacente da transformação monumental do relacionamento sino-estadunidense.

Os conceitos ausentes

O declínio econômico dos EUA é o principal, mas não o único, sinal de transição hegemônica. O mesmo declínio se estende à Europa e ao Japão e, portanto, a toda a Tríade, que impulsionou a recomposição do capitalismo no pós-guerra no século 20.

Essa regressão dos pilares do Norte Global não é uniforme, uma vez que os Estados Unidos estão descarregando grande parte de sua crise em seus parceiros, usando o dólar, as finanças, o Pentágono e as empresas digitais.

A assimetria também está muito presente no Sul Global, já que a China não enfrenta parceiros equivalentes dentro dessa rede. Pelo contrário, o gigante asiático se distanciou dessa vizinhança para se tornar uma potência no centro, disputando a supremacia com os Estados Unidos.

Outros países importantes do Sul Global permanecem no status inferior de semiperiferias. Eles compõem o grupo de economias intermediárias articuladas em torno do BRICS, que apresentam relevância no fornecimento de energia ou na supervisão de rotas comerciais. Com base nisso, eles sustentam dinâmicas de desdolarização e modalidades de crédito que são autônomas em relação ao FMI e ao Banco Mundial.

A Rússia mantém seu complexo militar-industrial altamente desenvolvido, mas opera como uma economia de exportação de *commodities*. A Índia tem alto crescimento, mas preserva níveis chocantes de subdesenvolvimento. O Brasil e a África do Sul apresentam os desequilíbrios clássicos das economias dependentes.

Se os parceiros intermediários da China não compartilham a decolagem da nova potência, o restante do Sul Global desconhece completamente esse horizonte. Eles estão fora do círculo de gestão do BRICS e persistem na África, na Ásia ou na América Latina, como o segmento típico das economias despossuídas. São vítimas e não participantes da transição hegemônica. Mantêm o antigo perfil do Terceiro Mundo, ocupando o último degrau da divisão internacional do trabalho. O conceito que resume seu status não é Sul Global, mas capitalismo dependente. São economias sujeitas a um processo de degradação sistemática.

Seu status subdesenvolvido é perpetuado por sequências intensas de transferência de valor. Por esse motivo, enfrentam uma lacuna crescente em relação às economias que recebem o excedente drenado de suas fronteiras. Essa transferência é consumada por meio de dispositivos produtivos baseados em mão de obra barata, mecanismos de troca desigual no comércio e acordos de dívida externa que

multiplicam a hemorragia financeira. A teoria marxista da dependência apresenta em detalhes essa sucessão de apropriações sofridas pela periferia.

As correntes de pensamento que ignoram (ou se opõem a) essa drenagem não conseguem explicar o contínuo rebaixamento sofrido pela América Latina, África, Europa Oriental e a maior parte da Ásia. Elas ignoram o fato de que a acumulação global de capital está sujeita a uma apropriação do excedente de um polo em detrimento do outro. Esse confisco impede que a distância entre as duas zonas diminua. Com a principal exceção da China (e, em outro sentido, da Coreia do Sul), o capitalismo neoliberal estabilizou essa hierarquia sufocante.

É óbvio que a economia latino-americana está localizada no espectro desfavorecido da atual ordem capitalista. Nas últimas décadas, ela consolidou essa localização com o agravamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade. As políticas neoliberais impulsionaram a primarização extrativista, a remodelação regressiva da indústria e o velho pesadelo da dívida.

Assim, o cenário econômico contemporâneo inclui inúmeros aspectos que não se encaixam no simples apelido de transição hegemônica, marcada pelo recuo do Norte e pela ascensão do Sul Global. Os importantes elementos de verdade nessa afirmação só se tornam significativos se forem enquadrados no contexto de conceitos mais decisivos da época atual.

O significado marxista de cinco dessas noções é indispensável para essa compreensão. Essas categorias são: capitalismo neoliberal, desenvolvimento desigual e combinado, centro-semi-periferia-periferia, capitalismo dependente e transferência de valor. Sem esses fundamentos teóricos, é muito difícil atribuir à transição hegemônica e ao Norte ou Sul Global um conteúdo específico que esclareça a mutação em curso.

Agressores e defensores

No nível geopolítico, a apresentação usual da transição hegemônica destaca o contraste entre a agressividade militarista do Norte e a disposição pacifista do Sul Global. Esse contraponto tem uma base sólida no registro da reação dos EUA ao seu declínio. O primeiro está tentando combater essa reação com incursões militares e exigências de alinhamento. Com essa atitude, o Pentágono tem sido a força motriz, o responsável e a causa das grandes tragédias humanitárias das últimas décadas.

Mas essa política belicista exacerba os gastos improdutivos, perpetua a proeminência dos fornecedores de armas e agrava as armadilhas da hipertrofia militar. Embora o remédio escolhido seja pior do que a doença, os Estados Unidos não têm escolha a não ser preservar sua primazia internacional.

A primeira potência perpetrou uma intervenção devastadora no Oriente Médio para administrar o petróleo, subjugar rebeliões populares e dominar seus rivais. Ela comandou o derramamento de sangue da Primavera Árabe, facilitou o terrorismo jihadista e consumou a demolição de três Estados (Iraque, Líbia e Afeganistão).

Atualmente, é o principal apoiador dos massacres implementados por seu parceiro israelense. A Casa Branca financia e apoia a limpeza étnica dos palestinos para reforçar o seu controle do Oriente Médio por meio do esquema sionista de anexações e *apartheid*.

Os EUA também foram os gestores da guerra ucraniana, pois tentaram trazer Kiev para a rede de mísseis da OTAN que cerca a Rússia. Para afetar a estrutura defensiva de seu rival, promoveu a revolta Maidan,

incentivou o nacionalismo contra Moscou e sustentou as hostilidades em Donbass. Buscou enredar seu adversário em um conflito com o objetivo de impor a agenda de rearmamento em toda a Europa.

Os resultados dessa dinâmica militarista têm sido invariavelmente adversos. O fracasso no Iraque e a derrota no Afeganistão abriram caminho para as vantagens que a Rússia está tendendo a obter na guerra na Ucrânia. Na prolongada guerra de trincheiras, a supremacia de tropas e recursos de Moscou desgasta Kiev.

No outro cenário de guerra deste momento, Israel não consegue lidar com a variedade de frentes abertas. Está tentando travar uma guerra sem fim em Gaza, na Cisjordânia e no Líbano, provocando o Iêmen, atacando a Síria e ameaçando o Irã. Mas o descontentamento interno, o mal-estar com o projeto e o colapso da legitimidade internacional corroem a sociedade israelense. Em todos os conflitos, o Ocidente enfrenta a mesma dificuldade com populações não acostumadas ao recrutamento e relutantes em arcar com os custos do belicismo.

As adversidades da OTAN no campo de batalha atingem os parceiros dos EUA de forma particularmente dura, pois eles pagam a conta monumental dos gastos militares. A Europa está sofrendo com esse impacto de forma excepcionalmente severa, com a Alemanha suportando o peso dessa subordinação. A guerra na Ucrânia privou seu aparato produtivo de energia barata fornecida pela Rússia, e o aumento do custo desse fornecimento prejudicou a competitividade da principal força motriz da UE.

Do outro lado do globo, o Japão tende a sofrer um efeito semelhante com a OTAN do Pacífico patrocinada pelo Pentágono, que foi projetada para assediar Pequim no Mar da China. Washington está novamente transferindo os custos de armamento para Tóquio e Berlim. O país tem uma longa experiência nesse tipo de transferência, pois sustentou sua moeda nos anos 70 com a inconvertibilidade do dólar e com os acordos do Plaza na década seguinte. A adaptação do iene e do marco alemão às necessidades da moeda estadunidense tem sido uma característica do século 21 que o Fed está renovando.

O Norte imperial

O comando dos EUA continua a definir a geopolítica do Norte Global, mas qual é a dinâmica orientadora desse processo? Aqui também, os conceitos de transição hegemônica e Norte-Sul Global são insuficientes. Para entender o que está acontecendo, é preciso recorrer ao conceito geral de imperialismo. Esse dispositivo é usado pela primeira potência para garantir o funcionamento do capitalismo e para expropriar a periferia em favor do centro.

Esse instrumento está em pleno funcionamento na América Latina. Nessa região, os Estados Unidos disputam um espólio de matérias-primas que precisam controlar. Eles não podem exercer o domínio global sem exibir a primazia em seu quintal. Por essa razão, retomam a Doutrina Monroe, enviam tropas sob o pretexto de erradicar o tráfico de drogas e exigem alinhamento diplomático contra a Rússia e os palestinos.

Mas, também nesse caso, a ausência de resultados prevalece. Os Estados Unidos não impõem a subjugação do passado e não conseguem deter a presença da China na região. Diante do avanço da Rota da Seda, Washington tentou erguer um muro defensivo com o projeto concorrente *America Growth* (Estados Unidos cresce). Depois de vários anos, essa iniciativa não decolou e continua anos-luz

atrás da Aliança para o Progresso, que os Estados Unidos promoveram na década de 1960 para conter a revolução cubana.

O imperialismo explica a política adotada pelos EUA, mas esse conceito não é relevante em qualquer sentido. O que importa é sua variedade contemporânea, que é muito diferente das formas anteriores. Ele se distingue claramente dos impérios pré-capitalistas da antiguidade, do império britânico informal do século 19 e do imperialismo clássico do século passado, marcado pela guerra mundial entre potências concorrentes. Tampouco é apropriada a imagem do império global de classes e estados transnacionalizados que alguns teóricos difundiram na década de 1990.

O que tem prevalecido desde a segunda metade do século 20 é um sistema imperial hierárquico sob o comando estrito dos Estados Unidos. É uma estrutura com parceiros europeus, que mantém certa autonomia alter-imperial em seu antigo ambiente colonial, e com apêndices co-imperiais, que cumprem as ordens do Pentágono em diferentes regiões do mundo (Israel, Austrália, Canadá). Essa aliança controla a ordem mundial e seus membros resolvem as diferenças internas por meios econômicos, financeiros ou diplomáticos, sem nunca recorrer a meios militares.

O sistema imperial no epicentro do Norte Global é muito agressivo com seus inimigos, adversários e vítimas. Essa belicosidade, por sua vez, reforça a transição hegemônica que gera a crise do sistema imperial. A equivalência entre o poder econômico e o poder militar mantida pelos Estados Unidos em meados do século passado foi diluída. A primeira potência perdeu a supremacia econômica, mas mantém sua liderança militar e tenta, sem sucesso, usar esse instrumento para sustentar sua liderança na ordem global.

O Sul distante do anti-imperialismo

A apresentação do Sul Global como um conglomerado defensivo é genericamente verdadeira. Essa configuração resiste às agressões de sua contraparte. No tremendo derramamento de sangue na Iugoslávia, no Iraque, no Afeganistão, na Ucrânia e na Palestina, Washington arrastou consigo seus aliados do Norte, diante das posturas não beligerantes do outro campo. A nova guerra fria está se desenrolando na mesma sequência.

Mas essa observação não esclarece o que está em jogo, porque o Sul Global é uma articulação geopolítica muito heterogênea. O comando imperial que prevalece no Norte não tem contrapartida simétrica no Sul. O Sul é hostil ao militarismo da OTAN, mas não é alheio a outras formas de dominação externa.

Até o momento, a China não se encaixa em nenhum epíteto imperial. Ela captura os excedentes da periferia explorando suas vantagens produtivas e impõe sua dominação econômica sem recorrer à força. Esse modo de supremacia a coloca fora do quadro das potências imperialistas.

O gigante asiático não envia tropas para o exterior, evita se envolver em conflitos militares e mantém uma política externa muito prudente. Em todas as áreas, ele segue uma estratégia defensiva, em contraste com seu virulento rival norte-americano. Ele favorece o esgotamento econômico de seu concorrente e sua única intervenção militar relevante contra Taiwan tem como objetivo proteger suas fronteiras.

Mas esse status remoto da tentação imperial não se estende à Rússia, que alguns analistas colocam no Sul, outros no Norte e muitos no limbo. Moscou enfrenta a hostilidade externa afirmando seu poderio militar em todo o espaço pós-soviético. Ela desempenha o papel duplo de intimidadora e intimidada, usando ameaças, dissuasões e incursões diretas.

A Rússia está localizada fora do sistema imperial, não faz parte da equipe belicista do Ocidente e tem que lidar com a pressão estadunidense. Mas ela não limita sua reação à mera defesa. Ela apoia os interesses de grupos domésticos dominantes com ações que vão além de suas fronteiras, enviando tropas para a Síria e mercenários para a África. Foi ameaçado pela OTAN na Ucrânia e respondeu com uma invasão injustificada. Essa reação ilustra as características de um império em formação, fora do raio hegemônico do Norte Global.

Variedades menores do mesmo comportamento são exibidas pelas potências médias, que fazem fronteira com o sistema imperial, sem integrá-lo e sem confrontá-lo. Essas formações priorizam sua ação em relação ao sistema imperial, mas não o enfrentam. Essas formações priorizam sua ação em seu entorno imediato com ações subimperiais, a fim de disputar a primazia com seus rivais na área.

Esse é o caso da Turquia (e provavelmente da Índia), mas não do Brasil ou da África do Sul, que permanecem distantes da tentação bélica. As inúmeras situações de governantes regionais que estão passando por cima de suas próprias periferias (Rússia em relação à Ucrânia, Turquia em relação ao Curdistão, Arábia Saudita em relação ao Iêmen) retratam a ausência de um mero bloco defensivo em desacordo com o Norte.

O mesmo conglomerado do Sul Global também inclui a maior parte da periferia que foi atropelada pelos Estados Unidos e seus parceiros. A América Latina compartilha esse destino com a África e a maior parte da Ásia. Os membros desse espaço não têm as cercas defensivas construídas por seus pares intermediários para conter as invasões imperiais.

Essa diversidade de situações no Sul Global não só difere do comando do Pentágono no Norte. Também é uma evidência da ausência de um contraste entre os atores imperialistas e anti-imperialistas. O belicismo da OTAN não enfrenta uma contraparte determinada e simétrica.

Aqui reside outra diferença entre o Sul Global e seu antecessor do Terceiro Mundo. O BRICS não tem a menor semelhança com Bandung, os Não Alinhados ou os Tricontinentais. A gestação de organizações que adotam essa plataforma anti-imperialista é uma tarefa inacabada, que está apenas iniciando com iniciativas como a ALBA. Essa falta, por sua vez, determina a atual preponderância de uma transição hegemônica divorciada dos interesses populares.

O Norte invariavelmente unipolar

A visão convencional apresenta a transição hegemônica como um projeto político em disputa entre dois adversários: o Norte unipolar e o Sul multipolar. O primeiro adversário está se desenvolvendo por meio da concentração do poder mundial em torno da supremacia estadunidense. O mandato de Bush e a aliança ocidental que o acompanhou na demolição do Iraque são a imagem definitiva dessa centralização. Após o colapso da URSS, essa matriz parecia um sinal definitivo de um cenário mundial marcado pelo “fim da história”.

Os fracassos subsequentes da Casa Branca demonstraram as deficiências dessa crença, desmentida pela profunda crise do sistema imperial. A imagem do projeto unipolar como um destino inexorável perdeu sua preeminência, mas a reivindicação americana de dominação global persiste. Como esse objetivo se baseia na simbiose do capitalismo atual com o porto seguro dos EUA, a perspectiva unipolar reaparece repetidamente.

A invariável liderança estadunidense é contestada e relativizada por autores próximos ao liberalismo crítico, que alertam contra a dinâmica autodestrutiva do belicismo dos EUA. Eles propõem combatê-la com estratégias de autocontenção e retirada negociada, seguindo o caminho tomado pela Grã-Bretanha no século passado.

Mas essa proposta omite a liderança estadunidense de um sistema imperial que a Grã-Bretanha nunca administrou. Ela ignora a falta de um substituto para a custódia do capitalismo global. Como a transferência para a Europa ou para o Japão não é viável, a primeira potência não tem ninguém para quem transferir a responsabilidade.

A abordagem que propõe aliviar a proteção do sistema mundial pelo Pentágono também relativiza a gravidade da violência na sustentação do capitalismo. É por isso que ele evita o termo imperialismo, que geralmente é identificado com o uso da força. Ele opta pela noção mais vaga de hegemonia, que prioriza o impacto da ideologia na perpetuação da ordem atual.

A proposta de administrar o declínio dos Estados Unidos baseia-se na lógica geral das sucessões hegemônicas e em seu fundamento histórico, que é a tese da ascensão e queda de potências. Como pressupõe a inevitabilidade desse curso, ela promove sua moderação com um gerenciamento sábio do declínio. Em algumas versões, essa visão está inscrita nos processos históricos de mudança de poder de uma potência para outra, que determinam as mudanças nos ciclos sistêmicos de acumulação. Supõe-se que esses períodos tenham regido a dinâmica do capitalismo desde a gestação desse regime no século 16.

O postulado básico dessa visão é altamente controverso. Ele atribui ao resultado do comando global entre potências concorrentes uma gravitação dominante de todos os desenvolvimentos históricos, em detrimento de outros determinantes desse desenvolvimento. Ele também atribui ao capitalismo um passado de cinco séculos, o que omite a presença, a combinação ou a primazia de outros modos de produção (tributário, feudal, escravagista) nesse longo período.

Essa avaliação da dinâmica histórica que privilegia a substituição das potências dominantes no sistema mundial recupera periodicamente sua influência como explicação do curso geopolítico. Ela teve um grande impacto na década de 1980, quando o ressurgimento econômico do Japão foi percebido como uma ameaça à preeminência dos EUA. O nascimento da União Europeia criou uma impressão semelhante e, por algum tempo, estabeleceu a imagem de um novo concorrente para a supremacia de Washington em Bruxelas.

Ambas as expectativas foram desfeitas, confirmando a centralidade unipolar do comando imperial dos EUA. Mas essa percepção está sendo revisada agora em contraponto ao desafiante chinês e à ascensão geral do Sul Global.

Multipolaridades opressivas

A tese da transição hegemônica inclui duas dimensões complementares. Por um lado, é uma interpretação dos atuais desenvolvimentos geopolíticos e, por outro lado, em seu sentido progressivo, é uma proposta para a gestação de uma ordem mundial mais auspiciosa.

Frente à perspectiva despótica de um ianque dominante, ele promove uma alternativa multipolar que inclui a dispersão consensual do poder global. Com essa perspectiva, incentiva uma proposta histórica inédita, já que o sistema mundial nunca foi coordenado dessa forma de apaziguamento e renúncia ao exercício da primazia.

Essa iniciativa sugere que também a possibilidade de gerenciar os recursos econômicos de uma forma conveniente para todas as partes. Ela propõe o estabelecimento de formas de negociação que gerem apenas vencedores. Dessa forma, a globalização traumática de hoje seria transformada em uma globalização inclusiva e benéfica. Essa variedade graciosa de multipolaridade seria muito diferente de todas as conjunturas de equilíbrio de poder que, no passado, sucederam ou precederam os resultados de guerra entre potências concorrentes.

No entanto, esses apelos por um modelo de coexistência global pacífica não explicam como esse esquema poderia ser administrado sobre as próprias bases capitalistas que destroem essa harmonia. As regras atuais de competição pelo lucro explorador impedem essa coexistência e corroem todas as aspirações de consenso global.

Se a persistência desses fundamentos for levada em conta, o que poderia surgir nessas condições como contrapartida à crise prolongada do Norte Global é uma rede do Sul com pilares semelhantes aos de seu rival. O desempenho real de tal configuração estaria, de fato, muito distante das expectativas propagadas por seus patrocinadores.

Essa variante consagraria, de fato, o surgimento de uma multipolaridade opressiva. Ela consolidaria sua conformidade com o capitalismo neoliberal, sob o controle de classes dominantes que consolidariam seus privilégios, privando as maiorias populares de melhorias sociais e direitos democráticos. Essa distopia já é visível no tom de direita de muitos governos do Sul Global.

Essas administrações são semelhantes à maré reacionária que está varrendo o mundo atualmente. Essa maré obteve grande apoio eleitoral e conseguiu canalizar a seu favor grande parte do descontentamento popular com a crise econômica, a degradação social e o sistema político corrupto.

Os direitistas se aproveitam da grande penetração da ideologia neoliberal. Eles também moldaram sua retórica e sua forma de comunicação de acordo com as transformações da era atual, aproveitando os resultados adversos da luta de classes e a contínua fraqueza da esquerda. Sua expansão não implica um retorno ao fascismo clássico, mas introduz formas de autoritarismo reacionário que podem levar a processos de fascistização.

Essa maré de direita penetrou em todos os interstícios da multipolaridade. Ela não está confinada ao Norte e atravessa muitos países do Sul Global. É verdade que o centro desta fogueira está localizado nas grandes potências, lideradas por Trump, com a ajuda de [Marine] Le Pen e [Giorgia] Meloni. No entanto, o mesmo se aplica a [Narendra] Modi, [Javier] Milei, Bolsonaro e [Viktor] Orbán do outro lado.

A divisão esperada entre um Norte Global reacionário e um Sul Global progressista é puramente imaginária. E a inexistência de tal polarização prejudica a expectativa de forjar uma multipolaridade

amigável, inclusiva e voltada para o futuro. A impossibilidade de construir esse modelo com líderes furiosos de extrema direita é flagrantemente óbvia.

Aqui também há outra diferença em relação à era dos "Não Alinhados". Nos anos de maior protagonismo político do Terceiro Mundo, os projetos desse conglomerado tinham um perfil inequivocamente anti-imperialista e de esquerda. Esse não é o caso hoje entre os gestores oficiais da multipolaridade.

Protagonismo popular

Um projeto emancipatório, alternativo e popular não pode se limitar a promover a transição hegemônica por meio do surgimento genérico do Sul Global. Ele tem de ir além dessas afirmações para se basear em outros pilares, usando também outras denominações.

Existe, por exemplo, uma tese que promove propostas pluripolares, opondo-se à ilusão multipolar de alcançar transformações progressivas por meio de um braço de ferro exclusivo com as potências do Norte. A tese defende a combinação dessa dimensão geopolítica com a luta dos povos, atribuindo um papel central aos sujeitos envolvidos nessa última ação.

Essa visão rejeita as abordagens da realidade social que se concentram nas formas de gestão do Estado, que predominam na ciência política convencional. Essas abordagens omitem completamente as lutas vindas de baixo. Elas tendem a investigar como as classes dominantes governam articulando consenso, dominação e hegemonia. Elas limitam suas observações à combinação de duas lógicas (uma econômica e outra geopolítica) para desvendar a evolução da sociedade, ignorando a gravitação da mobilização popular.

Para superar essa deficiência, é necessário introduzir uma terceira lógica de análise dos processos sociais, centrada na dinâmica desses protestos. A história contemporânea é um enigma incompreensível se o impacto da resistência, das rebeliões e das revoluções no curso dos acontecimentos for omitido.

A atenção a esse protagonismo, por sua vez, nos permite conceber outros caminhos futuros. Esse caminho não se limitaria a substituir a unipolaridade capitalista pela multipolaridade capitalista. Patrocinaria ações populares para reverter o atual cenário opressor, impondo conquistas que sustentem uma desmercantilização dos recursos básicos, com redução da jornada de trabalho, nacionalização dos bancos e socialização das plataformas digitais, de modo a criar as bases para uma economia igualitária.

A avaliação da luta popular também introduz outra visão da transição hegemônica. Ela explora as variantes desse curso como cenários contestados resultantes do confronto social.

Com essa abordagem, o contexto atual também pode ser avaliado como resultado de revoltas populares fracassadas. Primeiro, veio a trágica derrota da Primavera Árabe, com repressão, ditaduras, destruição de países e a predominância da brutalidade jihadista. Em seguida, houve um refluxo nos protestos dos indignados espanhóis, dos militantes gregos e dos coletes amarelos franceses. Por fim, surgiram obstruções à continuidade dos movimentos globais do feminismo e do ambientalismo.

Em todo o Sul Global, rebeliões periódicas eclodiram repetidas vezes, mas não desenvolveram cursos revolucionários. Diferentemente da segunda metade do século 20, a dinâmica dessas revoltas não levou a construções estatais paralelas baseadas na expansão do poder popular.

Esses resultados foram influenciados pela segmentação social gerada pela precariedade e pela diminuição do papel do proletariado. A perda de gravidade da ideologia socialista entre os trabalhadores e a consequente penetração ideológica da direita nas camadas populares também tiveram um impacto.

Nenhuma dessas tendências negativas é definitiva, na medida em que a resistência popular possibilitou contrabalançar a ofensiva do capital. A sequência de lutas e conquistas ressurgiu com intensidade periódica em diferentes cantos do planeta.

Atualmente, há uma grande recomposição das mobilizações salariais nos Estados Unidos e na Europa com vitórias democráticas, como a obtida com a libertação de Assange. A extraordinária força do movimento de solidariedade palestina está lançando as bases para uma Intifada global, que lembra as grandes batalhas contra a Guerra do Vietnã e o Apartheid na África do Sul. A ação popular definiu o curso da história passada e determinará o sinal de qualquer transição futura.

Horizontes socialistas

A primazia atribuída ao tema popular introduz um raciocínio não-fatalista e não-confuso ao considerar o futuro eventual do Norte e do Sul Global. Esse critério diverge das abordagens estruturalistas, guiadas por parâmetros rígidos de raciocínio inspirados em ciclos sistêmicos. Com uma visão crítica, não é mais possível simplesmente esperar que uma transição hegemônica predeterminada chegue cedo ou tarde. Outros cenários estão abertos, derivados da natureza multiforme e imprevisível dos resultados históricos.

Essa visão, oposta a qualquer inexorabilidade, é inspirada pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado, que estuda as complexas contradições do capitalismo em estreita sincronia com a ação popular, destacando o impacto recíproco de ambos os processos. Esse princípio inspirou até mesmo algumas teorias ambiciosas da revolução contemporânea.

É uma abordagem que propõe diferentes enfoques para as "Grandes Ondas" e as sucessões hegemônicas. Ela enfatiza a centralidade dos sujeitos sociais e a consequente gravitação da luta de classes no resultado de cada dilema enfrentado pela sociedade. Enfatiza as tensões internas do capitalismo e não a previsão do futuro desse sistema.

Essa abordagem é altamente relevante para o estudo de uma região tão condicionada pelo protagonismo popular como a América Latina. O primeiro ciclo de rebeliões que começou em 1989 (Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina) foi sucedido por uma segunda onda que começou em 2019 (Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Haiti, Guatemala). Nenhum dos processos resultou em triunfos de magnitude histórica, mas também não resultou em derrotas de magnitude parecidas com as sofridas nos anos 1970.

As revoltas dos últimos anos contiveram a restauração conservadora e tiveram efeitos eleitorais progressistas. No contexto negativo gerado pela degradação social, esses triunfos estão agora enfrentando uma intensa contraofensiva da direita.

No latino-americano, fica muito clara a impossibilidade de compreender os acontecimentos sem levar em conta a centralidade da mobilização popular. Essa é também a base para a formulação de um projeto de emancipação, que tem arestas convergentes com a transição hegemônica, sem se conformar com a versão mais comum dessa mutação.

A América Latina precisa, acima de tudo, lutar contra a dominação dos Estados Unidos, porque não poderá empreender nenhum projeto avançado sem conquistar a soberania política acima do sufoco que as embaixadas, as bases militares e a pressão do Departamento de Estado colocam. A Casa Branca veta qualquer curso regional diferente de seu roteiro, e por isso, nesse campo, há uma total sobreposição com as transições concebidas em confronto frontal com o Norte Global.

Mas a América Latina também precisa de uma renegociação econômica como um bloco com a China para superar as consequências econômicas ruinosas do *status quo*. O gigante asiático está se aproveitando da fragmentação de seus clientes para obter maiores lucros, e o resultado é visível na primarização, na ausência de transferências tecnológicas e no investimento em áreas não prioritárias. Nesse nível, é possível observar tensões que poderiam ser superadas dentro do próprio Sul Global, se as contradições e disputas que afetam essa estrutura forem reconhecidas.

O terceiro pilar de um projeto de esquerda para a América Latina é a integração regional. Esse caminho é essencial para erradicar o subdesenvolvimento e a desigualdade, forjando a soberania financeira, energética e alimentar de que a região precisa. Aqui, também, emerge a singularidade da região como um bloco específico. Ela poderia convergir, como na era do Terceiro Mundo, com alianças mais amplas, mas essa convergência não será indistinta, nem será uniforme entre todo o Sul Global.

Para entender essas singularidades, é preciso ir além da apresentação atual da transição hegemônica como um contraponto simplificado entre o Norte Global e o Sul Global. Esses termos são úteis e proveitosos, se forem enquadrados em noções mais ordenadas da época atual.

O ponto de partida para essa conceitualização são as contradições inerentes ao capitalismo que a era neoliberal promoveu. A mudança drástica nas relações econômicas internacionais provocada pelo desenvolvimento desigual e combinado é um corolário indispensável dessa avaliação. Por sua vez, o agravamento de todos os desequilíbrios do capitalismo dependente (que a periferia sofre como consequência das transferências de valor) é outro processo decisivo do período atual.

O contraste entre o Norte e o Sul Global só assume um conteúdo efetivo se for enquadrado na lógica do imperialismo e do sistema imperial, nos cenários hierárquicos do centro, da semiperiferia e da periferia.

Por fim, a transição hegemônica não é um destino inexorável do futuro. Assim como a ascensão do Sul Global, ela pode tomar um rumo que seja lucrativo ou oneroso para as majorias populares. Isso depende do perfil que esse caminho assume, como uma trajetória de validação ou reversão da opressão capitalista.

O primeiro caminho pressagia novas versões dos pesadelos enfrentados pelos despossuídos. O segundo caminho abre as comportas para o antigo sonho de bem-estar popular, igualdade social e coexistência política. Esse curso ganharia força com projetos multipolares, dinâmicas anti-imperialistas e horizontes socialistas, o que traria um ideal renovado para a transição protagonizada pelo Sul Global.

Este é um artigo de opinião e não necessariamente representa a linha editorial do **Brasil do Fato.*

Edição: Rodrigo Durão Coelho